



ALDEIA MOYRAY

CARTA DE REPÚDIO DA ALDEIA MOYRAY/TERRA INDÍGENA GUAPENÚ

Autazes/AM, 08 de abril de 2024

Nós indígenas do povo Mura da aldeia Moyray/Terra Indígena Guapenú, representado pelo Tuxaua e Vice Tuxaua, virmos por meio deste, de forma pública, manifestar a nosso repúdio contra o Licenciamento de Instalação, feito pelo IPAAM, que o Governador Wilson Lima entregou ao Presidente da Potássio do Brasil Ltda na sede do Governo, no dia de hoje, 08 de abril de 2024. Como também a participação do coordenador do CIM (Conselho Indígena Mura), Kleber de Almeida Prado, uma instituição que tem um estatuto aprovado pelas lideranças onde afirma - **Art. 3º. O Conselho Indígena Mura - CIM tem como objetivo:**

I – defender os direitos do Povo Mura de Autazes;

II - denunciar todo e qualquer violência contra o Povo Mura e outros povos, que habitam as Terras e/ou território do Povo Mura no Município de Autazes – Estado do Amazonas;

IX - promover e sensibilizar a preservação ambiental;

O CIM não nos representa, fala somente pela sua diretoria, o advogado do CIM, não nos representa, representa só a diretoria do CIM, não decidem nada por nós.

Declaramos que não somos contra o progresso de nosso país, estado e município. Somos a favor do progresso sustentável, onde seja seguido as legislações vigentes, as populações envolvidas, diretamente e indiretamente, principalmente nós Povo Mura, seja ouvida de acordo com a lei, pois em nome do “progresso”, estão ultrapassando os limites da legalidade, não obedecem a Constituição Federal a OIT. O mesmo **governador** que vai em outro país dizer e se compromete em preservar o meio ambiente, pedindo recursos financeiros para ajudar a preservar o Amazonas, é o mesmo que fala e assina um licenciamento para uma empresa que vai destruir o meio ambiente, e, principalmente a nossa terra.

Não reconhece que é terra indígena, não reconhece que existe parte do Povo Mura no território que vive a século ali, não reconhece a nossa cultura, costumes, tradições e que nossas vidas não importam, que os direitos indígenas, povos originários não merecem serem respeitados.

Demarque as nossas terras.

Já existe um GT da FUNAI, para realizar os estudos sobre a situação da terra indígena de Soares, nós reconhecemos que é território indígena. Mas o governo, a empresa não quer reconhecer e muito menos respeitar os processos da legalidade.

O nosso **Trincheiras: Yandé Peara Mura - Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Mura de Autazes e Careiro da Várzea, Amazonas**, onde foi aprovado no ano de 2019 com a participação de mais de 300 pessoas, entre lideranças e suas comissões. E é a nossa lei e visto atualmente como um patrimônio de nosso Povo. É um documento guia para nós Mura e para os não indígenas. É um consenso a que nós chegamos sobre como queremos ser consultados pelo governo e como queremos nos organizar para as tomadas de decisões. **Portanto, desejamos que o governo respeite este Protocolo e o siga, do mesmo modo como nós, Mura, vamos fazer. Se qualquer um dos lados desrespeitar esse Protocolo, as resoluções não serão consideradas. pg. 14-Protocolo.**

Também repudiamos a fala do presidente da Potássio, sr. Adriano, que em rede nacional diz que o Povo Mura “**quer**” o empreendimento. **QUEREMOS A DEMARCAÇÃO DE NOSSAS TERRAS, NOSSOS LAGOS, MATAS, IGARAPÉS, CABECEIRAS SAUDAVÉL, nossas águas e peixes pronto para o consumo, sem correr o risco de se alimentar e adquirir um problema de saúde, nosso ar saudável, sem poluição.**

Não tem emprego para todos, principalmente para o nosso Povo, não seguiram o a Constituição Federal, a Conversão 169 e principalmente o nosso Protocolo de Consulta.